

UM ANO DA INFÂMIA

Na solenidade sobre o 8 de janeiro, Pacheco lembra que ataque ao resultado do pleito ofende as "instituições" e o "povo"

Ação criminosa contra eleição

» ALINE BRITO

Ao discursar, ontem, na solenidade no Congresso que marcou um ano da tentativa de golpe de Estado, em 8 de janeiro, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reforçou que foram inadmissíveis as tentativas de colocar em dúvida o sistema eleitoral do país. Apesar de não citar nomes, a crítica teve alvo: o ex-presidente Jair Bolsonaro, ex-integrantes do governo anterior e apoiadores — que por meses lançaram desconfianças, falsidades e desinformações sobre as urnas eletrônicas e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele ressaltou que "desacreditar" o pleito ofende as "instituições republicanas" e "o povo brasileiro".

"Sob premissas falsas, os golpistas desejavam invalidar o resultado das urnas. Para além dos prejuízos materiais, para além das depredações e da violência praticadas, a turba de criminosos que invadiu essas mesmas dependências desrespeitou a vontade popular manifestada pelo voto. Isso é absolutamente inaceitável", frisou.

Pacheco defendeu que aceitar o resultado de uma eleição é pilar da democracia e "dever cívico de todos". "A Constituição garante a liberdade de expressão e os demais direitos das minorias, de modo que uma derrota nas urnas não signifique a supressão política deste ou daquele grupo", salientou.

O direito da minoria não inclui, como observou o senador, "recorrer ao terror, ao caos". Ele reforçou que os Três Poderes deram pronta resposta ao vandalismo e "permanecem vigilantes contra

Waldemir Barreto/Agência Senado



Os inimigos da democracia disseminam ódio para enganar e recrutar uma parcela da sociedade. Os inimigos da democracia usam um falso discurso político para ascender ao poder, para nele se manter de maneira ilegítima e para dissimular suas reais intenções. Quem tem força não recorre à bravata; tem o respaldo popular, da lei e da Constituição"

Rodrigo Pacheco,
presidente do Congresso

os traidores da pátria, contra essa minoria que deseja tomar o poder ao arrepiço da Constituição".

"O Congresso é esteio da democracia. Estaremos sempre abertos ao debate, ao pluralismo e ao dissenso, mas nunca toleraremos a violência, o golpismo e o desrespeito à vontade do povo brasileiro", garantiu.

Para o senador, o momento é de harmonia entre os Poderes

para "garantir o bem-estar da população" e superar a polarização. "O Brasil precisa de pacificação e de união. Só assim vamos vencer a polarização, que nos divide e que nos enfraquece", completou.

Ódio e bravata

Apesar das críticas de que a solenidade de ontem tenha sido organizada com viés político,

partidário e governista, o presidente do Congresso deixou claro que foi uma celebração para reafirmar "a força da democracia e o nosso compromisso com os valores democráticos".

"Os inimigos da democracia disseminam ódio para enganar e recrutar uma parcela da sociedade. Os inimigos da democracia usam um falso discurso político para ascender ao poder, para nele

se manter de maneira ilegítima e para dissimular suas reais intenções. Quem tem força não recorre à bravata. Quem tem força tem o respaldo popular, o respaldo da lei e o respaldo da Constituição Federal", afirmou.

Ao concluir o discurso, Pacheco anunciou a retirada das grades em volta do Congresso, que impedem a circulação de pessoas. Segundo o senador, o momento é de "abrir o

Congresso Nacional para o povo".

"É chegada a hora, em 8 de janeiro de 2024, um ano após essa tragédia democrática do Brasil, de abrir o Congresso para o povo. Retirar essas grades que o circundam, para que todos tenham a compreensão de que essa é a casa deles, é a casa do povo, é a casa de representantes eleitos, onde as decisões devem ser tomadas para o rumo do Brasil", reforçou.

Ausência de Lira nos atos incomoda o governo

» EVANDRO ÉBOLI
» ÁNDREA MALCHER

A ausência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), nas solenidades relacionadas a lembrar a tentativa de golpe de 8 de janeiro um ano depois foi mal recebida pelo Palácio do Planalto. Integrantes do governo foram pegos de surpresa com a informação — a expectativa era de que ele participaria, tanto que, segundo interlocutores, tinha até mesmo elaborado um discurso para a ocasião. Para o governo, a ausência foi "decepcionante".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva contava com a presença de Lira para reforçar a aliança entre eles, celebrada logo após os ataques dos bolsonaristas, há um ano — quando houve uma grande reunião no Palácio do Planalto. A avaliação é que a ausência do presidente da Câmara, que justificou ter problemas de saúde na família, pode repercutir na condução da pauta do Plenário. O deputado teve o controle absoluto dos assuntos levados à votação, no ano passado, oscilando entre momentos em que agradava

o governo e outros, não. No balanço, o saldo foi considerado positivo pelo Planalto.

Neste ano, há pautas importantes a serem tratadas, como a complementação da Reforma Tributária, que precisa ser regulamentada. Há, ainda, matérias da área econômica pendentes.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), disse ser "lamentável" que alguns deputados e senadores não tenham comparecido. Mas, segundo ele, isso não se aplica a Lira, que deu uma justificativa.

"Hoje (ontem) é um dia para ter líderes do governo e da oposição. A ausência no ato é lamentável, e me faz questionar o compromisso de alguns com o Estado Democrático de Direito", criticou.

Mesmo com a ausência, Lira usou as redes sociais para lembrar o "ato de violência que merece ser permanentemente repudiado", defendendo que "todos os responsáveis devem ser punidos com o rigor da lei, dentro do devido processo legal". "A liberdade de manifestação e o direito fundamental de

protestar jamais podem se converter em violência e destruição. Devemos sempre celebrar a democracia e cuidar do futuro do nosso país", publicou Lira no X (antigo Twitter).

Parlamentares comentaram, nos bastidores, que Lira pesou o clima político acirrado pela data. Um exemplo foi o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), que chegou a sinalizar que ia ao evento. Mas, ao desembarcar em Brasília, teria sido desaconselhado pelo deputado e correligionário Marcel Van Hattem (RS).

Presença total de ministros

» MAYARA SOUTO
» HENRIQUE LESSA

Se entre os governadores, 14 não compareceram à solenidade que lembrou a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro, um ano depois, dos ministros do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, todos estiveram presentes. Entre eles, há a certeza de que a democracia brasileira está fortalecida e que, agora, os desafios são outros.

"A população brasileira adquiriu a democracia como bem inalienável. Esse ato é para marcar a história. O que esteve em risco no Brasil, para valer, foi a democracia, e ela não pertence a um partido — pertence ao povo brasileiro", avaliou o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi. Para ele, não pode haver anistia para os golpistas do ano passado.

A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, avaliou que o último ano foi de reconstrução. "O presidente Lula foi muito corajoso, muito rápido, logo após os atos do 8 de janeiro. Tudo foi retomado, com as forças de segurança, com os Três Poderes, para que a gente pudesse ter a tranquilidade de um regime democrático", avaliou.

Para Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento Social e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a partir de agora, será momento de focar em outras prioridades. "Com democracia, temos condições de trabalhar para que, em 2024, a gente possa avançar com aquilo que interessa de verdade ao povo: educação, saúde, segurança, renda, cuidar de quem mais precisa", garantiu.

Já o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar — que é deputado licenciado —, diminuiu a importância da ausência do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Mas criticou quem não compareceu. "Dão sinal negativo para a sociedade. Estamos na defesa da Constituição e da democracia", afirmou.

Governadores: 14 ignoram celebração

» ÁNDREA MALCHER
» INGRID SOARES
» MAYARA SOUTO
» RAFAELA GONÇALVES

Ao contrário de 2023, quando, depois da depredação promovida pelos bolsonaristas às sedes dos Três Poderes, os 27 governadores vieram a Brasília reafirmar o compromisso com a democracia e a Constituição, na solenidade que lembrou a tentativa de golpe de 8 de janeiro, vários deles fizeram questão de deixar de lado o engajamento demonstrado no ano passado. Questões político-partidárias e ideológicas falaram mais alto do que o comprometimento com o Estado Democrático de Direito. Ao todo, 14 governadores não compareceram.

Na longa lista de ausentes, Ibaneis Rocha (MDB) — que manteve as férias com a família e se fez representar pela vice Celi- nia Leão; e os bolsonaristas Tarcísio de Freitas (SP), Jorginho Melo (SC), Cláudio Castro (RJ) e Romeu Zema (MG) — que chegou a dizer que viria, mas deu meia-volta depois de ser pressionado por correligionários do Novo.

Os únicos governadores do Sul e Sudeste presentes foram Eduardo Leite (RS) e Renato Casagrande (ES). O chefe do Poder Executivo gaúcho disse ter deixado as férias na Bahia para estar em Brasília e afirmou que a presença no ato de celebração pela democracia não tem nada a ver com "ideologia".

Leite salientou que "não interessa se (ele) é de esquerda ou de direita" e sua presença não teve a ver com "governo Lula ou conotação política eleitoral". "Temos que celebrar nossa democracia e deixar muito bem registrado que não deixaremos passar qualquer tentativa de golpe no nosso país", afirmou.

Pedagogia

Todos os chefes estaduais do Nordeste compareceram. Fátima Bezerra, governadora do Rio Grande do Norte, foi escolhida para falar em nome dos representantes na cerimônia. Ela afirmou que a punição para os envolvidos na depredação das sedes dos Três Poderes não se trata de "vingança ou revanchismo",

mas, sim, de "ato pedagógico".

A governadora foi aplaudida ao defender que sejam punidos não somente os que participaram ativamente da balbúrdia, mas, também, "os que financiaram, organizaram, incitaram a tentativa de golpe". "Por isso que, com coragem e lucidez, é necessário afirmar, sim: sem anistia", exortou. Para Fátima, o 8 de janeiro foi "infame".

A governadora Raquel Lyra (PE) se esquivou de comentar a ausência dos colegas. "O ato de hoje (ontem) se sobrepõe a qualquer bandeira partidária, qualquer discussão política e eleitoral, e perpassa os valores fundamentais do nosso Estado Democrático de Direito, o respeito às instituições e à democracia e àqueles que representam legitimamente

o nosso povo", explicou.

Ao deixar a cerimônia, o governador Helder Barbalho (PA) disse que o evento representou "a afirmação da democracia". Questionado sobre a ausência de representantes de outras unidades da Federação, esquivou-se afirmando que a presença dependia da agenda de cada um, mas tem certeza de que todos defendem a democracia.

Ed Alves/CB/D.A Press



Falando em nome dos governadores, Fátima enfatizou que a punição aos vândalos não é "revanchismo"